

O BRASIL NO GLOBAL COMPETITIVENESS REPORT 2011-2012

Carlos Arruda, Fabiana Madsen, Marina Araújo

O BRASIL NO GLOBAL COMPETITIVENESS REPORT 2011-2012

Lançado anualmente pelo *World Economic Forum* (WEF), o relatório de competitividade *Global Competitiveness Report* (GCR) tem por objetivo oferecer ferramentas e estimular a discussão entre gestores e formuladores de políticas acerca das melhores estratégias a serem tomadas para superar os obstáculos ao avanço da competitividade. O relatório analisa alguns dos fatores fundamentais para o crescimento econômico sustentado e considera, também, as consequências de decisões tomadas no presente para a prosperidade das economias no longo prazo (WEF, 2011). Desde 2005, as análises de competitividade possuem como índice básico o *Global Competitiveness Index* (GCI), uma ferramenta capaz de medir tanto fatores macroeconômicos como fatores microeconômicos que interferem na competitividade nacional.

Para o WEF (2011), a competitividade é definida como o conjunto de instituições, políticas e fatores que afetam o nível de produtividade de um país. Esse nível de produtividade é determinante tanto da prosperidade econômica alcançada por uma nação quanto das taxas de retorno obtidas pelos investimentos na economia. Em linhas gerais, economias mais competitivas tendem a gerar altos níveis de renda para a população, e a ponte desse processo está nos ganhos de produtividade auferidos pela economia. Em um raciocínio mais retilíneo, países mais competitivos terão maiores níveis de produtividade que geram, no médio e longo prazos, maiores níveis de renda e de retorno dos investimentos. Esses são considerados os fatores-chave para se explicar o potencial de crescimento de uma nação, e quanto maior for esse potencial, mais competitiva será a economia.

Até então explicitada como componente de um contexto macro, a produtividade é entendida pelo relatório como a combinação de componentes microeconômicos, como a sofisticação das companhias, a qualidade do ambiente de negócios e das externalidades que dão suporte às indústrias. Em uma nação que possui esses três fatores microeconômicos básicos, pode-se esperar que a produtividade do trabalho e do capital aumente e, a partir daí, incremente-se o produto interno gerado e a renda nacional. Assim, um ambiente competitivo gera condições macroeconômicas, políticas e sociais adequadas, que se traduzem em um ambiente microeconômico favorável ao aumento de sua produtividade e, conseqüentemente, do nível de renda e produto.

O *Global Competitiveness Index* foi criado em 2004 pela equipe do WEF, em conjunto com o professor Xavier Sala-i-Martin da Columbia University. O índice é formado por dados *hard*, ou secundários, e por dados *soft*, ou primários. Os dados *hard* são provenientes de fontes públicas internacionais, e sua grande maioria é referente ao ano anterior da publicação do relatório ou o dado mais recente disponível. Os dados *soft* são provenientes da pesquisa de opinião de executivos conduzida pelas instituições parceiras nos países considerados. No caso do Brasil, quem realiza essa etapa é a Fundação Dom Cabral e o Movimento Brasil Competitivo.

Em 2011, a pesquisa envolveu mais de 14.000 executivos e abrangeu 142 países. As nações incluídas neste ano são Belize, Haiti e Iémen. O Suriname, que ano passado havia sido retirado do estudo por não alcançar a meta de respostas da survey, retornou ao relatório. Por outro lado, a Líbia foi removida, pois não foi possível executar a pesquisa de opinião devido aos problemas políticos e sociais no país. As mais de 100 variáveis analisadas no estudo são agrupadas em doze pilares que, por sua vez, são agrupados em três grupos subíndices, a saber: Requisitos Básicos, Propulsores de Eficiência e Inovação e Sofisticação Empresarial.

Requisitos básicos	Instituições	Transparência, grau de corrupção e eficiência do setor público, proteção a direitos de propriedade, qualidade da segurança pública, ética das empresas e eficácia das auditorias e padrões contábeis do setor privado.
	Infraestrutura	Qualidade da infraestrutura de transportes, comunicação e fornecimento de energia.
	Estabilidade macroeconômica	Nível de endividamento, inflação, contas públicas e spread bancário
	Saúde e educação primária	Incidência de doenças e seus impactos na economia, expectativa de vida e abrangência do sistema educacional primário.
	Educação superior e treinamento	Abrangência e qualidade do sistema educacional nos níveis secundário e terciário, serviços de treinamento e pesquisa especializados.
	Eficiência do mercado de bens	Impacto das regulamentações governamentais na atividade empresarial privada e nas características competitivas do ambiente empresarial.
Propulsores de eficiência	Eficiência do mercado de trabalho	Grau de flexibilidade das leis do trabalho e as práticas de meritocracia adotadas na empresa.
	Sofisticação do mercado financeiro	Qualidade do mercado bancário e a disponibilidade no país de marcos regulatórios, práticas e recursos que facilitem o acesso a capital por empresas do setor privado.
	Prontidão tecnológica	Difusão de novas tecnologias nas empresas e na sociedade
Inovação e sofisticação empresarial	Tamanho do mercado	Tamanho do mercado que orienta as empresas
	Sofisticação dos negócios	Qualidade e quantidade de fornecedores locais, práticas empresariais e natureza da vantagem competitiva das firmas.
	Inovação	Capacidade inovativa da economia.

QUADRO 1 Pilares de Competitividade - WEF

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

O QUADRO 1 apresenta a lista completa dos doze pilares da competitividade e a relação dos mesmos ao grupo de subíndice que compõem. Ademais, exibe uma pequena explicação de cada um dos pilares, com base nos indicadores que os constituem.

CONTEXTO GERAL

O atual contexto da economia global está pautado em um novo cenário de incertezas. Conforme apontado pelo GCR 2011-2012, a instabilidade política e econômica observada em determinados países europeus e nos Estados Unidos tem enfraquecido a confiança na capacidade dos respectivos governos de tomar as decisões adequadas à recuperação de sua trajetória de crescimento. Como consequência, não somente as perspectivas de crescimento de uma boa parte dessas economias têm sido constantemente revisadas, como também as taxas de crescimento das economias em

geral têm se distribuído de maneira desigual entre os países. De maneira geral, as **economias avançadas**, em especial Estados Unidos, Japão e algumas economias europeias, estão experimentando um panorama que combina desaceleração ou baixos níveis de crescimento com elevação persistente do desemprego e contínua vulnerabilidade financeira. Por outro lado, as **economias em desenvolvimento** (ou mercados emergentes) vêm apresentando forte crescimento econômico e atração crescente de fluxos de investimentos.

Os responsáveis pela formulação de políticas nas economias avançadas têm enfrentado várias dificuldades, dentre elas o enfraquecimento da confiança dos investidores em suas nações. A desconfiança é proveniente, em grande parte, de questões como as dúvidas acerca da sustentabilidade da dívida pública nesses países (e a consequente incerteza sobre as perspectivas de longo prazo). Mais especificamente, o contexto desfavorável das economias periféricas

da zona do euro - elevado déficit público, alto nível de endividamento, crescimento econômico raso - tem sido responsável por boa parte dos abalos nos mercados financeiros. Quanto às economias emergentes, apesar dos benefícios advindos do bom desempenho de sua economia doméstica, os seus formuladores de políticas têm de lidar com as pressões inflacionárias geradas tanto pelo mercado interno em expansão como pela elevação dos preços das *commodities* (WEF, 2011).

De modo a solucionar tais questões e, conseqüentemente, alavancar seu desempenho competitivo e recuperar o potencial de crescimento, as nações em geral deveriam voltar seus esforços para o controle das atuais pressões políticas e a estabilização do cenário macroeconômico. A seguir, será apresentada uma análise das dez economias mais competitivas do relatório 2011-2012 e das condições competitivas do Brasil observadas no período.

TOP 10

O grupo das dez economias mais competitivas apontadas pelo relatório engloba sete economias europeias, duas asiáticas e uma americana. No ano passado, apenas o Reino Unido não se encontrava na lista das dez mais (o Canadá, que no último relatório ocupava a décima colocação, neste ano se encontra na décima segunda posição).

TABELA 1

Dez economias mais competitivas – GCI 2011-2012

País	GCI 2011-2012 (rank)	GCI 2010-2010 (rank)
Suíça	1	1
Cingapura	2	3
Suécia	3	2
Finlândia	4	7
Estados Unidos	5	4
Alemanha	6	5
Holanda	7	8
Dinamarca	8	9
Japão	9	6
Reino Unido	10	12

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

Mais uma vez, a **Suíça** ocupa a primeira colocação no *ranking* geral. Os destaques da nação são os pilares

inovação, prontidão tecnológica e eficiência no mercado de trabalho, nos quais ocupa também a primeira posição nos respectivos *rankings*. De acordo com o WEF (2011), os institutos de pesquisa científica da Suíça estão entre os melhores do mundo, bem como é intensa a colaboração entre os setores acadêmico e empresarial. Combinados com os elevados gastos realizados em P&D, esses fatores permitem que uma grande parte do que é pesquisado seja transformado em produtos ou processos para o mercado. Dados de 2008 mostraram que somente neste ano foram gastos US\$ 11,24 bilhões, o que representou 2,2% do PIB do país¹. Dados mais recentes, do relatório Innovation Union Scoreboard 2010², mostram que o país, entre os anos de 2009 e 2010, incrementou em 2,1% (como percentual do PIB) os gastos públicos em P&D.

Na sequência aparece **Cingapura**, que mantém a liderança entre as economias asiáticas. A nação ocupa a primeira colocação dos pilares instituições, mercado de bens e sofisticação do mercado financeiro. De acordo com o WEF (2011), o país tem sido capaz de assegurar a adequada alocação dos fatores que constituem cada um desses pilares, de modo a garantir a sua melhor utilização. Cingapura também se destaca nas questões educacionais, sendo um dos focos do governo a qualificação dos indivíduos que lhes permitem se adaptar rapidamente às mudanças no ambiente econômico mundial. Entretanto, para aprimorar sua capacidade inovativa e competir apropriadamente no cenário mundial, o país agora começa a investir também no desenvolvimento, adaptação e produção de novas tecnologias³, e crescem também os investimentos em medidas para ampliar a sofisticação de suas empresas⁴.

A **Suécia** está na terceira posição e, de acordo com o relatório, tem dado ênfase à criação de condições para o crescimento baseado na inovação. Além da manutenção do foco na educação, principalmente educação superior e capacitações, o país também possui um alto grau de adoção de novas tecnologias, o que permitiu o

¹Fonte: ERAWATCH; SWISSINFO. Disponível em: <http://cordis.europa.eu/erawatch/index.cfm?fuseaction=ri.content&topicID=5&parentID=4&countryCode=CH>
http://www.swissinfo.ch/eng/business/Recession_fails_to_dent_Swiss_innovation_drive.html?cid=8316340

² relatório é elaborado pelo Maastricht Economic and social Research and training centre on Innovation and Technology (UNU-MERIT) e conta com a contribuição da Comissão Europeia. Disponível em: <http://www.proinno-europe.eu/inno-metrics/page/innovation-union-scoreboard-2010>

³SG Entrepreneurs. Disponível em: <http://sgentrepreneurs.com/news-stop/2011/09/14/singapore-is-second-globally-for-competitiveness-innovation-well/comment-page-1/>

⁴ SG Entrepreneurs. Disponível em: <http://sgentrepreneurs.com/commentary/2011/09/08/i-jam-calling-for-incubators/>

desenvolvimento de uma sofisticada cultura inovativa empresarial. A qualidade das instituições públicas, outro destaque sueco, é apontada como sendo de primeira classe, por elas apresentarem elevada eficiência e transparência, o que estimula a confiança da sociedade (WEF, 2011).

Apesar de um pequeno declínio no posicionamento competitivo do indicador de déficit orçamentário, a **Finlândia** ainda apresenta um ambiente macroeconômico estável e aparece na quarta posição em 2011. Como resultado de um trabalho que vem sendo realizado nos últimos anos na área educacional, a nação ocupa a primeira posição no indicador de educação superior e capacitação. Com isso, tem sido capaz de fornecer trabalhadores altamente qualificados e capazes de se adaptar rapidamente às mudanças no ambiente econômico, fundando as bases necessárias para se atingir altos níveis de adoção de tecnologias e inovação (WEF, 2011).

Os **Estados Unidos** continuam perdendo posições, e neste ano ficam em quinto lugar. Apesar das perdas acumuladas, o país apresenta uma série de qualidades que ainda garantem a manutenção de sua competitividade. As empresas norte-americanas, por exemplo, são sofisticadas, possuem elevado grau de inovação e contam com o apoio de um sistema universitário fortemente engajado com a colaboração em pesquisa e desenvolvimento. O índice *Global Innovation Index*, lançado anualmente pelo INSEAD, mostra os Estados Unidos na sétima colocação entre as economias mais inovadoras⁵. Por outro lado, o WEF (2011) mostra que a instabilidade macroeconômica é a grande fraqueza da nação, com destaque para os repetidos déficits fiscais e endividamento público crescente⁶. Como consequência, a comunidade empresarial continua a avaliar negativamente a confiança nos seus políticos, a sua habilidade de manter uma boa relação com o setor privado e a transparência de suas políticas.

Com um desempenho praticamente estável (perda de uma posição competitiva), a **Alemanha** aparece na sexta colocação. O relatório aponta a queda na avaliação da qualidade das instituições públicas e eficiência do mercado de bens. Além disso, o mercado de trabalho se mantém extremamente rígido, dificultando a determinação salarial e elevando os custos de demissões. Outro aspecto negativo é a redução da disponibilidade de engenheiros e cientistas, o que pode atrasar a competitividade futura do país. Entretanto, o

⁵Huffington Post. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2011/06/30/most-innovative-countries-insead_n_887858.html#s301076&title=11_Iceland

⁶BBC Brasil. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2011/07/28/entenda-o-impasse-em-torno-da-divida-americana.jhtm>

setor empresarial aparece na lista dos mais sofisticados, principalmente quando se trata de processos de produção e canais de distribuição. Outro aspecto positivo é a elevada capacidade das empresas de inovarem e absorverem tecnologias de ponta, consequências dos altos gastos em P&D (WEF, 2011).

A **Holanda** ganha uma posição competitiva e este ano está no sétimo lugar. De maneira geral, o relatório destaca que esse desempenho é proveniente de uma modesta melhora na estrutura institucional e da eficiência e estabilidade dos mercados financeiros. As empresas holandesas são bastante sofisticadas e inovativas, permitindo o aproveitamento rápido de novas tecnologias produtivas. Para isso também contam com o apoio de um sistema educacional bastante desenvolvido. E apesar do déficit fiscal de 5,18% em proporção do PIB em 2010, o ambiente macroeconômico da nação é mais estável que o de outras economias avançadas.

As maiores vantagens da economia da **Dinamarca**, que aparece na oitava posição, são o bom funcionamento e a transparência de sua estrutura institucional, e a ótima infraestrutura de transportes. Como resultado de um empenho na melhoria da educação, observado nas últimas décadas, o sistema de ensino superior e de capacitações é muito bem classificado. Nesse sentido, a força de trabalho dinamarquesa possui a qualificação necessária para se alcançar elevados níveis de adoção tecnológica e inovação. Um dos aspectos que distingue o mercado de trabalho da nação, em relação aos demais países nórdicos, por exemplo, é sua flexibilidade para determinação salarial, demissões e contratações, garantindo maior eficiência (WEF, 2011).

A queda de três posições competitivas do **Japão** (nona posição) é em grande parte reflexo de um rigoroso enfraquecimento macroeconômico enfrentado nos últimos anos, em função do crescimento constante do déficit orçamentário. Em decorrência, o alto nível do endividamento público coloca o país na última colocação no *ranking* desse indicador (em 2010, a dívida chegou a ultrapassar 220% em percentual do PIB). Dentre as medidas apontadas pelo Fundo Monetário Internacional para que o país retome o controle da dívida está o ajuste fiscal com aumento gradual nos impostos sobre o consumo⁷. Apesar desse desempenho, as empresas japonesas estão entre as mais sofisticadas e inovadoras do mundo e se beneficiam de uma enorme disponibilidade de pesquisadores e engenheiros. Dessa maneira, elas operam de forma altamente competitiva na ponta das cadeias de valor, produzindo bens e serviços de elevado valor agregado (WEF, 2011).

⁷FMI. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2010/CAR071410B.htm>

Na décima colocação aparece o **Reino Unido**, cujo destaque é a eficiência do mercado de trabalho. Assim como as demais economias avançadas, a nação tem obtido ganhos competitivos crescentes a partir da apropriação de novas tecnologias produtivas, fruto de seu contexto empresarial sofisticado e inovativo. Por outro lado, o relatório aponta o atual ambiente macroeconômico como o maior obstáculo à competitividade. O déficit fiscal de aproximadamente 10,5% em percentual do PIB coloca o país nas últimas colocações do *ranking* do indicador, mesmo comportamento observado pelo endividamento público (77% do PIB).

O desempenho dessas dez economias mais competitivas sinaliza para um comportamento comum do grupo, que fornece lições a serem consideradas pelos formuladores de políticas das demais nações. O grupo cria condições para o crescimento de suas economias com base na estabilidade institucional, na educação e na inovação. Em geral, sua estrutura institucional transparente e eficiente reduz os entraves à atração de investimentos e ao desenvolvimento dos negócios. Além disso, apresenta políticas focadas na educação, em especial na educação superior e nas capacitações, que permitem aos profissionais adquirir a qualificação necessária para alavancar os níveis de adoção tecnológica e inovação. Por fim, o contexto empresarial sofisticado e inovativo favorece o rápido aproveitamento de novas tecnologias produtivas.

O BRASIL NO GCR 2011-2012

A análise geral dos resultados do *Global Competitiveness Report 2011-2012* mostrou que o Brasil ganhou cinco posições competitivas em relação ao ano anterior, chegando à 53ª colocação no *ranking* geral. Na TAB. 2 está representado o desempenho do país nos três grupos de subíndices e nos doze pilares competitivos sugeridos pelo relatório. De antemão, observa-se que os maiores ganhos da nação foram nos pilares instituições (16 posições), eficiência do mercado de trabalho (13 posições) e desempenho do mercado financeiro (7 posições). Na sequência, procederemos com a análise dos principais destaques competitivos da economia brasileira em cada um dos pilares.

TABELA 2
Desempenho Competitivo Brasil – GCR 2011-2012

Índice/Pilar	Rank 2011-2012	Rank 2010-2010	Movimentações
GCI 2011-2012	53	58	+5
Requerimentos Básicos	83	86	+3
Instituições	77	93	+16
Infraestrutura	64	62	-2
Ambiente Macroeconômico	115	111	-4
Saúde e Educação Primária	87	87	0
Propulsores de Eficiência	41	44	+3
Educação Superior e Capacitação	57	58	+1
Eficiência do Mercado de Bens	113	114	+1
Eficiência do Mercado de Trabalho	83	96	+13
Desempenho do Mercado Financeiro	43	50	+7
Prontidão Tecnológica	54	54	0
Tamanho do Mercado	10	10	0
Inovação e Fatores de Sofisticação	35	38	+3
Sofisticação dos Negócios	31	31	0
Inovação	44	42	-2

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

Pilar 1 - Instituições

Dentre os doze pilares estudados, Instituições foi o maior destaque do Brasil, com um ganho de dezesseis posições competitivas. Composto por vinte e um indicadores (quadro 4), apenas um deles⁸ não é uma variável de percepção do corpo empresarial entrevistado. Como aspecto positivo, oito indicadores apresentaram ganhos superiores a dez posições competitivas. Como aspecto negativo, existe um grupo de seis indicadores que se mantêm com posições notadamente ruins. Tais grupos serão analisados a seguir (vale observar que algumas dessas variáveis aparecem nos dois grupos selecionados, para tanto será feita apenas uma análise).

⁸ Doravante, todos os indicadores referentes a dados *hard* estarão assinalados nos quadros com um asterisco (*).

TABELA 3
Pilar Instituições - Indicadores - GCR 2011-2012

Indicadores		GCI 2011-2012	GCI 2010-2011	Movimentações
Posição geral no pilar		77	93	+16
1.01	Direitos de propriedade	59	72	+13
1.02	Proteção à propriedade intelectual	84	89	+5
1.03	Desvio de verbas públicas	110	121	+11
1.04	Confiança nos políticos	105	127	+22
1.05	Pagamentos irregulares e suborno	61	71	+10
1.06	Independência do poder judiciário	71	76	+5
1.07	Favoritismo nas decisões de autoridades governamentais	65	75	+9
1.08	Desperdício nos gastos governamentais	136	136	0
1.09	Peso da regulação governamental	142	139	-3
1.10	Eficiência do quadro legal na resolução de litígios	75	83	+8
1.11	Eficiência do quadro legal quanto à contestação de regulações governamentais	66	71	+5
1.12	Transparency of government policymaking	78	87	+9
1.13	Custos impostos pelo terrorismo	23	15	-8
1.14	Custos impostos por crimes e violência	126	123	-3
1.15	Crime organizado	120	15	+5
1.16	Confiança nos serviços policiais	66	74	+8
1.17	Comportamento ético das empresas	83	94	+11
1.18	Força de normas de auditoria e relatórios	49	64	+15
1.19	Eficácia dos conselhos de administração	49	67	+18
1.20	Proteção dos interesses dos acionistas minoritários	49	64	+15
1.21	Força de proteção dos investidores*	60	59	-1

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

Começando pelos ganhos de competitividade, o indicador de **direitos de propriedade** mostra que os executivos estão percebendo uma melhora constante nesse quesito no país, inclusive no que se refere à proteção dos ativos financeiros.

Os indicadores de **desvio de verbas públicas** e **confiança da sociedade nos políticos**, apesar dos ganhos de onze e vinte e duas posições, respectivamente, não merecem destaque positivo, pois o país ainda se encontra entre os últimos colocados nos *rankings* dos indicadores. Uma vez que o questionário é respondido no início de cada ano, acredita-se que o ganho de posições é proveniente da boa expectativa dos executivos diante

do início de um novo governo, cuja prioridade declarada foi a manutenção da estabilidade econômica com foco no controle inflacionário e ajuste fiscal⁹.

Como pode ser observado no GRAF. 1, as expectativas quanto ao bom desempenho do governo da presidente Dilma Rousseff atingiram o ápice no período entre dezembro de 2010 e março de 2011 (considerando o intervalo que vai de dezembro de 2010 a setembro de 2011). É exatamente nesse momento, que também

⁹Gazeta do Povo. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1101593> O Globo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/02/10/cni-considera-positivo-corte-nos-gastos-publicos-923769080.asp>

apresentou os menores índices das expectativas ruins quanto ao governo, que os empresários foram consultados para a pesquisa de opinião.

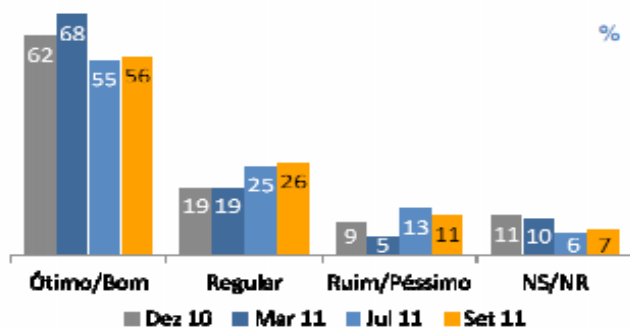


Gráfico 1: Expectativa com relação ao restante do governo Dilma Roussef. Dezembro de 2010 a setembro de 2011.

Fonte: CNI/IBOPE¹⁰.

Entretanto, a atual crise em alguns ministérios não apenas corrobora a presença constante do Brasil nas piores posições dos indicadores de confiança, como também serve de exemplo para a questão da corrupção no país. O indicador de **pagamentos irregulares e suborno**, que aparece em posição intermediária¹¹ no *ranking*, representa a média de cinco fatores que respondem à pergunta sobre o quão usual é para as empresas realizar pagamentos “extras” e suborno em diversas áreas, quais sejam: importações e exportações, serviços de utilidade pública, pagamentos de impostos, contratos públicos e licitações, e obtenção de decisões judiciais favoráveis. Também em posição intermediária aparece o indicador que avalia o **comportamento ético** das empresas nacionais em comparação com as empresas estrangeiras no resto do mundo. Para isso, são considerados os relacionamentos/interações entre a empresa e os funcionários públicos, políticos e outras empresas.

Apesar do ganho de dez e onze posições competitivas, respectivamente, em cada um dos indicadores citados, um estudo elaborado pela ONG Transparência Internacional mostrou o Brasil como um dos países que pouco ou nada fez para combater o suborno de pessoas e empresas. O levantamento abarca 37 nações que assinaram a convenção de combate ao suborno da Convenção da Organização para a Cooperação e o

¹⁰A apresentação e os relatórios divulgados podem ser acessados em http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=home_materia&db=caldb&docid=79368E25DFD2B8338325791B00825800

¹¹Doravante, dividiremos os rankings em três partes de tamanho aproximadamente semelhante para estabelecer a seguinte classificação: a) 1 a 48: bom posicionamento competitivo; b) 49 a 95: posicionamento competitivo intermediário; c) 96 a 147: posicionamento competitivo negativo.

Desenvolvimento Econômico (OCDE) e mostrou o Brasil ao lado de outras 20 nações onde as ações anticorrupção tiveram o pior desempenho¹².

Brasil fez pouco para combater suborno, diz ONG

Estudo feito pela Transparência Internacional mostrou que apenas sete dos 37 países que assinaram Convenção Antissuborno investiram para conseguir resolver o problema.

Paris - A maior parte dos países que assinaram a Convenção Antissuborno da OCDE, com Brasil, Chile e México encabeçando a lista, fez pouco ou nada para combater os subornos de pessoas e empresas estrangeiras, denunciou esta terça-feira a ONG Transparência Internacional.

No grupo dos maus alunos estão 21 países, entre eles Austrália, Áustria, Brasil, Bulgária, Canadá, Estônia, Grécia, Luxemburgo, México, África do Sul e Turquia.

O estudo abarca 33 dos 34 países membros da OCDE – à exceção da Islândia – e os outros quatro que não pertencem a essa instituição que assinaram a convenção: Argentina, Brasil, Bulgária e África do Sul. Dos 37 países que firmaram a Convenção da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), apenas Dinamarca, Alemanha, Itália, Noruega, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos combateram ativamente os subornos como meio de obter contratos das administrações públicas, assegurou Huguette Labelle, presidente da TI em uma entrevista coletiva à imprensa.

“É a primeira vez nos sete anos que a TI vem realizando os relatórios sobre a Convenção Antissubornos da OCDE que não foram registrados progressos”, lamentou Labelle na apresentação do Informe sobre o Avanço do Cumprimento da Convenção Antissubornos na sede da instituição em Paris, que este ano comemora seus 50 anos de vida.

Entre aqueles que cumpriram “moderadamente” os preceitos dessa convenção que tenta evitar a corrupção, que encarece em até 25% o custo das compras das administrações públicas, estão Argentina, Bélgica, Finlândia, França, Japão, Coreia do Sul, Holanda, Espanha e Suécia.

¹²Último Segundo. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/brasil+esta+entre+os+paises+que+fizeram+pouco+contra+a+corrupcao/n1596975053402.html>

O Banco Mundial calcula que o custo da corrupção atinge 1 bilhão de dólares por ano, e que os subornos recebidos pelos funcionários públicos dos países em desenvolvimento e emergentes por parte de empresas estrangeiras atinge entre 20 e 40 bilhões de dólares por ano. “A enorme escala de subornos deixa em evidência por que é necessária a ação governamental para reforçar o cumprimento” desta convenção, indicou a organização.

Segundo a própria revisão da OCDE do cumprimento de sua convenção, apenas cinco países puniram indivíduos ou empresas no ano passado, lembra a TI. Mas o fracasso em erradicar este problema fará com que “floresça a corrupção e recursos dos pobres sejam desviados. E as empresas honestas serão as perdedoras”, alerta a TI.

Fonte: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-fez-pouco-para-combater-suborno-diz-ong>

Brasil abriga até 43% da corrupção do mundo

Nos últimos anos, a economia brasileira avançou e virou referência para as nações ricas em crise, mas a chaga da corrupção ainda insiste em fazer sangrar parcela importante de tudo o que é pago pelo contribuinte. Dados da organização Transparência Internacional e projeções da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) revelam que, no cenário mais otimista, o Brasil responde por 26% de todo o dinheiro movimentado pela corrupção no mundo. Na pior hipótese, esse índice alcança 43%. Enquanto as perdas médias globais anuais com o problema giraram perto dos R\$ 160 bilhões nos últimos seis anos, o prejuízo nacional pode ter chegado a R\$ 70 bilhões por ano — ou 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

No dia a dia, não faltam episódios para engrossar as estatísticas que destroem a imagem brasileira mundo afora. O mais recente e, sem dúvida, o mais vultoso, envolve o Ministério dos Transportes. O escândalo que derrubou o ministro Alfredo Nascimento e vários assessores trouxe à tona, mais uma vez, prática antiga no mundo da corrupção: o superfaturamento. As suspeitas são de que, entre março de 2010 e junho de 2011, houve desvios de R\$ 4,5 bilhões por meio de suspeitos aditivos em contratos referentes a 46 obras de ferrovias.

Mesmo se essa irregularidade for confirmada, a quantia só entrará nas projeções da Fiesp mais à frente. Por ora, a entidade conhece os números até 2008, ano em que a sangria chegou a R\$ 41,5 bilhões, ou 1,38% do PIB. No mundo, entre 1990 e 2005, foram desviados em torno de US\$ 300 bilhões (R\$ 472,5 bilhões a valores da última sexta-feira), quantia que pode ter dobrado nos últimos seis anos, para US\$ 600 bilhões (ou R\$ 945 bilhões), conforme o Relatório Global da Corrupção, da Transparência Internacional.

Setor privado

Denúncias de superfaturamento em obras, como as de rodovias e ferroviárias, ou qualquer outro esquema de desvio de verbas, não passariam impunes se houvesse maior controle prévio dos acordos entre agentes públicos e companhias privadas no Brasil — que ocupa a 75ª colocação no ranking da corrupção elaborado pela Transparência Nacional. No mundo, há exemplos bem-sucedidos. Recém-aprovada, a legislação da Inglaterra chega a ser mais dura do que a dos Estados Unidos, onde a multa chega a 20% do benefício conseguido pelos corruptos. “O pagamento, na Inglaterra, é ilimitado e a indenização pode ser milionária”, afirma José Francisco Compagno, sócio da área de investigação de fraudes e suporte a litígios (FIDS) da Consultoria Ernst & Young Terco.

No Brasil, mais de 110 propostas se arrastam no Congresso Nacional para punir com mais rigor os casos de corrupção. (...)

Um dos projetos de lei em andamento que mais se aproxima da legislação aprovada no Reino Unido é o de nº 6.826/2010, que responsabiliza pessoas jurídicas pela prática de corrupção contra a administração pública nacional e estrangeira. A iniciativa é do Executivo, mas segue emperrada pela burocracia. (...)

Fonte: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2011/07/18/internas_economia,261620/brasil-abriga-ate-43-da-corrupcao-do-mundo.shtml

Outros três indicadores que apresentaram ganhos competitivos de destaque (quinze, dezoito e quinze posições, respectivamente) já vêm apresentando um relativo bom posicionamento nos últimos anos. São eles: **força dos padrões de auditoria** (diante do desempenho financeiro das empresas), **eficácia dos conselhos de administração** (perante as decisões de gestão) e **proteção dos interesses dos acionistas minoritários** (pelo sistema legal).

Por fim, dois indicadores que não apresentaram grandes movimentações em 2011 merecem uma nota. O primeiro mostra que os empresários consideram que o **desperdício dos gastos do governo** brasileiro é extremamente elevado. Apesar de ser uma das pautas do governo atual¹³ e estar muito relacionada à questão dos cortes nos gastos, a qualidade dos mesmos é constantemente questionada. A redução em até 50% dos gastos com viagens, que foi uma das medidas anunciadas com o corte de R\$ 50 bilhões nos gastos públicos, já começa a mostrar sinais de efeito. Entre janeiro e julho de 2011, os pagamentos de passagens no Executivo caíram 46,6% em relação ao mesmo período do ano passado, o que representou uma economia de R\$ 158,5 milhões aos cofres públicos. Entretanto, os gastos crescentes com material de consumo, como cartuchos de impressora, papel e café, que registraram aumento de 27% nos primeiros sete meses de 2011 em relação ao mesmo período em 2010, foram suficientes para anular a economia obtida com passagens e diárias. Os pagamentos desse material de consumo chegaram a R\$ 937,5 milhões¹⁴.

O segundo indicador, **peso das regulações governamentais**, é presença constante nas discussões sobre os problemas enfrentados pelas empresas ao cumprir todos os requerimentos administrativos necessários, e nesse relatório o Brasil aparece na última colocação. As necessidades de cumprir as

exigências administrativas dos mais diversos órgãos do poder público impõem perdas financeiras e de tempo às empresas. Estimativa realizada pelo Ibope junto a empresas de grande porte associadas à Câmara Americana de Comércio (Amcham) mostrou que a burocracia excessiva chega a impor perdas de até R\$ 1 milhão a tais empresas, que precisam desenvolver e manter grandes departamentos para conseguirem estabelecer suas relações com o Estado e monitorar todas as mudanças nas leis. No caso das micro e pequenas empresas, os maiores desafios surgem na relação com os poderes municipal e estadual, na qual se destaca a falta de informação e orientação adequadas por parte dos órgãos públicos¹⁵. A Confederação Nacional da Indústria também aponta a burocracia como uma das complicações para a atividade exportadora¹⁶.

Pilar 2 - Infraestrutura

O desempenho geral do pilar Infraestrutura foi marcado por uma queda de duas posições competitivas. Apenas três dos nove indicadores que constituem o pilar mantiveram o posicionamento competitivo ou galgaram posições nos *rankings* específicos. Coincidentemente, são os únicos indicadores *hard* do pilar. Todos os demais são indicadores de qualidade avaliados pela pesquisa de opinião de executivos, como pode ser observado na TAB 4.

TABELA 4
Pilar Infraestrutura - Indicadores – GCR 2011-2012

Indicadores		GCI 2011-2012	GCI 2010-2011	Movimentações
Posição geral no pilar		64	62	-2
2,01	Qualidade da infraestrutura geral	104	84	-20
2,02	Qualidade das rodovias	118	105	-13
2,03	Qualidade da infraestrutura ferroviária	91	87	-4
2,04	Qualidade da infraestrutura portuária	130	123	-7
2,05	Qualidade dos transportes aéreos	122	93	-29
2,06	Capacidade de transporte aéreo de passageiros*	9	9	0
2,07	Qualidade do fornecimento de energia elétrica	69	63	-6
2,08	Linhas de telefone fixo*	57	62	+5
2,09	Assinaturas de telefone celular*	66	76	+10

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

¹³Estado de São Paulo. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+brasil,melhora-do-gasto-publico-e-necessaria-para-desenvolvimento-diz-ministra,66477,0.htm>

¹⁴Estado de São Paulo Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,governo-reduz-viagens-mas-gasta-mais-com-papel,760111,0.htm>

¹⁵Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/burocracia-excessiva-impoe-perdas-as-empresas-no-brasil>

¹⁶CNI. Disponível em: <http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081272B58C0012730F0532A33A2.htm>

O destaque positivo foi a **capacidade do transporte aéreo de passageiros**, que é medida pela oferta de assento-quilômetro, ou seja, a quantidade de quilômetros percorridos por assento oferecido. Um balanço da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) mostrou que o setor de transporte aéreo no Brasil avança em um ritmo acelerado. Em relação ao período de janeiro a agosto de 2010, o crescimento registrado em 2011 é expressivo, tanto nos destinos nacionais como nos destinos internacionais. No acumulado do ano, a demanda nas rotas domésticas registrou expansão de 20,14%, e nas rotas internacionais cresceu 15,83%. Por outro lado, a alta na oferta doméstica foi de apenas 14,39%, e na oferta internacional de 10,53%.

O grande problema é o efeito negativo desse desequilíbrio, qual sejam aeroportos com infraestrutura precária (poucos balcões de *check-in* e aparelhos de raio-x, pátios lotados e restrições para pousos e decolagens, por exemplo), que é resultado da falta de investimentos em um ritmo mais adequado às necessidades do setor¹⁷. Outro reflexo direto dessa situação foi a avaliação dos empresários sobre a **qualidade da infraestrutura de transporte aéreo**, indicador que perdeu vinte e nove posições competitivas.

A **qualidade das rodovias**, marcada pela perda de treze posições, também se destaca negativamente. A Pesquisa CNT de Rodovias, que faz o *ranking* de 109 ligações rodoviárias no país, avaliou 90.945 km de estradas em 2010¹⁸ e sinalizou alguns impactos das condições das rodovias no Brasil considerando quatro aspectos: tempo, custo, combustível e meio ambiente,

e acidentes em rodovias. Quanto pior a qualidade da estrada, menor será a velocidade e maior o tempo gasto nas entregas de cargas e viagens de passageiros. Além disso, rodovias com buracos reduzem a velocidade, em média, em 8,5 km/h, e rodovias com pavimento totalmente destruído a reduzem em 31,8 km/h.

As condições do pavimento também afetam o custo operacional dos veículos (desgaste de peças) e o aumento do consumo de combustível devido a frenagens e acelerações constantes. Esse consumo inadequado contribui para o crescimento da emissão de poluentes. O estudo informa que uma rodovia em bom estado de conservação pode reduzir em até 5% a economia de combustível, quando comparado com o tráfego em uma rodovia com conservação imprópria.

Por sua vez, os acidentes rodoviários geram impacto econômico decorrente, dentre outros, dos gastos nos sistemas de saúde, dos atrasos e até mesmo do cancelamento na entrega de cargas e da elevação dos custos operacionais das empresas. Estatísticas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal mostram que, entre os anos de 2004 e 2009, o número de acidentes em rodovias federais aumentou 41,7% e equivaleu a 159,4 mil em 2009. Uma última observação que merece destaque diz respeito à classificação no *ranking* e ao tipo de gestão da rodovia. Como observado nas figuras a seguir, as dez melhores ligações rodoviárias operam sob o regime de gestão concessionada de empresas privadas (TAB.5), e as dez piores ligações rodoviárias têm o gerenciamento feito pelo governo.

¹⁷Exame. Disponível em: http://exame.abril.com.br/economia/brasil/noticias/transporte-aereo-brasileiro-continua-crescendo-num-ritmo-chines?page=1&slug_name=transporte-aereo-brasileiro-continua-crescendo-num-ritmo-chines Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2011/04/infraestrutura-dos-aeroportos-nao-acompanha-o-crescimento-do-setor.html>

¹⁸CNT. Disponível em: <http://www.sistemacnt.org.br/pesquisacntrodovias/2010/>

TABELA 5
As 10 melhores ligações rodoviárias no Brasil - 2010

Colocação	Ligação	Rodovias que a compõem	Classificação	Gestão concessionada?
1º	São Paulo (SP) – Itaí (SP) – Espírito Santo do Turvo (SP)	SP-255; SP-280/BR-374	Ótimo	Sim
2º	São Paulo (SP) – Limeira (SP)	SP-310; BR-364; SP-348	Ótimo	Sim
3º	Piracicaba (SP) – Mogi Mirim (SP)	SP-147; SP-147/BR-373	Ótimo	Sim
4º	Bauru (SP) – Itirapina (SP)	SP-255; BR369	Ótimo	Sim
5º	São Paulo (SP) – Uberaba (MG)	BR-050; SP-330/BR-050	Ótimo	Sim
6º	Rio Claro (SP) – Itapetininga (SP)	SP-127; SP-127/BR-373	Ótimo	Sim
7º	Campinas (SP) – Jacareí (SP)	SP-065; SP-340	Ótimo	Sim
8º	Araraquara (SP) – São Carlos (SP) – Franca (SP) – Itirapuã (SP)	SP-255; SP-310/BR-364; SP-318; SP-334; SP-345	Ótimo	Sim
9º	Catanduva (SP) – Taquaritinga (SP) – Ribeirão Preto (SP)	SP-322; SP-322/BR-265; SP-323; SP-330/BR-050; SP-351	Ótimo	Sim
10º	Sorocaba (SP) – Cascata (SP) – Mococa (SP)	SP-075; SP-340; SP-342; SP-344	Ótimo	Sim

Fonte: CNT.

TABELA 6
As 10 piores ligações rodoviárias no Brasil - 2010

Colocação	Ligação	Rodovias que a compõem	Classificação	Gestão concessionada?
100º	Curvelo (MG) – Ibotirama (BA)	BA-030/BR-030; BA-160; BR-122; BR-135; MG-122/BR-122	Ruim	Não
101º	Dourados (MS) – Cascavel (PR)	BR-163, PR-467/BR-467	Ruim	Não
102º	Jataí (GO) – Piranhas (GO)	BR-158	Ruim	Não
103º	Natividade (TO) – Barreiras (BA)	BA-460, BA-460/BR-242, TO-040, TO-280	Ruim	Não
104º	Barracão (PR) – Cascavel (PR)	BR-163, PR-163/BR-163, PR-182/BR-163, PR-582/BR-163	Ruim	Não
105º	Marabá (PA) – Wanderlândia (TO)	BR-153, BR-230, PA-153/BR-153	Ruim	Não
106º	Belém (PA) – Guaraí (TO)	BR-222, PA-150, PA-151, PA-252, PA-287, PA-447, PA-475, PA-483, TO-336	Ruim	Não
107º	Rio Verde (GO) – Iporá (GO)	GO-174	Ruim	Não
108º	Manaus (AM) – Boa Vista (RR) – Pacaraíma (RR)	BR-174	Ruim	Não
109º	Marabá (PA) – Dom Eliseu (PA)	BR-222	Péssimo	Não

Fonte: CNT.

O resultado dessas condições, e de outras como a qualidade da infraestrutura portuária e das ferrovias, é a avaliação negativa da **qualidade da infraestrutura geral** do Brasil, que perdeu vinte posições competitivas. Nesse sentido, o argumento essencial é que, apesar da previsão de elevação dos investimentos com infraestrutura física no Brasil e da realização financeira de uma série de obras previstas pelo Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal¹⁹, tais obras ainda não se tornaram uma realidade palpável e perceptível à sociedade. Mais do que isso, a pesquisa de Custos Logísticos 2011, divulgada recentemente pelo Instituto de Logística e Supply Chain²⁰, mostrou que o Brasil não investe de maneira adequada na redução do custo das empresas, principalmente na qualidade necessária. Apesar de o percentual de investimentos brasileiros (10,6% do PIB em 2010) ser superior ao de economias

avançadas, como dos Estados Unidos (7,7% do PIB), este não é um argumento positivo, visto que, à medida que uma economia se desenvolve, espera-se que os custos logísticos diminuam.

Pilar 3 - Estabilidade Macroeconômica

O pilar estabilidade macroeconômica é composto basicamente por indicadores secundários (*hard*), provenientes de bases internacionais e nacionais. Como pode ser observado na TAB.7, dois indicadores apresentaram movimentações de destaque, sendo um positivo e outro negativo. Ademais, dois indicadores estão entre as últimas posições de seus *rankings* específicos (um deles é o destaque negativo do pilar).

TABELA 7
Estabilidade Macroeconômica - Indicadores - GCR 2011-2012

Indicadores		39GCI 2011-2012	GCI 2010-2011	Movimentações
Posição geral no pilar		115	111	-4
3,01	Balança orçamentária governamental*	57	51	-6
3,02	Taxa de poupança nacional*	90	101	11
3,03	Inflação*	93	93	0
3,04	Spread bancário*	136	136	0
3,05	Dívida do governo*	114	84	-30
3,06	Classificação de crédito do país	39	46	7

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

O indicador da **taxa de poupança nacional** teve desempenho positivo e ganhou onze posições competitivas neste relatório. Entretanto, o nível de poupança doméstica ainda é considerado por muitos analistas insuficiente para apoiar o ciclo de investimentos necessários à estabilidade da taxa anual de crescimento do Brasil. Alguns dados apresentados na Carta do Ibre de agosto de 2011 mostram que no período entre 1995 e 2009 a taxa de poupança doméstica brasileira flutuou entre um máximo de 18% e um mínimo de 12%, mantendo-se abaixo da média de todos os continentes em praticamente cada um dos anos da série. Em 2008,

o Brasil chegou a ser o país latino-americano de menor poupança doméstica, junto com a Bolívia²¹.

A Carta aponta que, no Brasil, poupança e investimento caminham por vezes em direções opostas ou em velocidades muito diferentes. A atual situação econômica favorável encontra um entrave na poupança doméstica baixa. A poupança interna não cresce o suficiente para financiar a alta dos investimentos que costuma acompanhar os surtos de aceleração econômica. Dessa maneira, a solução é expandir tais financiamentos a partir da poupança externa, deixando o país vulnerável às crises internacionais.

¹⁹Governo Federal. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/07/29/balanco-indica-que-pac-2-repete-bom-desempenho-de-2010/print>

²⁰Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/09/brasil-gasta-106-do-pib-com-logistica-mostra-estudo.html>

²¹FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/mailling/ibre/carta/agosto.2011/08Ce2011%20CIBRE.pdf>

O drama da baixa poupança interna do Brasil*

O crescimento econômico é determinado por três fatores: o investimento, a incorporação de mão-de-obra ao processo produtivo e a produtividade, que é capacidade de produzir mais com os mesmos recursos humanos e materiais. O investimento depende da disponibilidade de poupança para financiá-lo. A poupança tem duas fontes: a doméstica e a externa. Quando a primeira é insuficiente, a segunda pode suprir a lacuna, mas à custa da geração de uma dependência de capitais externos.

Grosso modo, a poupança externa é dada pelo déficit em transações correntes do balanço de pagamentos (a soma algébrica da balança comercial, da balança de serviços e das transferências unilaterais). É preciso que haja um fluxo de capitais suficientes para financiar esse déficit, que podem ser investimentos estrangeiros diretos, investimentos no mercado financeiro, empréstimos e outras formas de ingresso de recursos externos no País. O Brasil já experimentou muitas crises decorrentes do súbito estancamento dos fluxos desses recursos.

O baixo nível de poupança doméstica, da ordem de 16% do PIB, é claramente insuficiente para apoiar um ciclo de investimentos que se supõe necessário para assegurar taxa anual de crescimento econômico em torno de 5%. Estima-se que será preciso investir entre 22% e 25% do PIB. Assim, precisaríamos importar entre 6% e 9% do PIB de poupança externa, o que seria claramente excessivo. O Brasil ficaria muito vulnerável a crises externas. Assim, ou nos conformamos em crescer menos ou realizamos um esforço para aumentar a taxa de poupança doméstica.

Infelizmente, não há boas notícias. Estudo recente da Fundação Getúlio Vargas (Carta do Ibre, de agosto de 2011) mostrou que poupamos hoje menos do que na década de 1970, quando chegávamos a 20% do PIB. (...)

A FGV reconhece que a Constituição promoveu “avanços importantes na extensão dos direitos sociais e na montagem de uma rede de proteção e bem-estar na sociedade brasileira nas últimas décadas”. Não se pode, assim, atribuir exclusivamente à Carta Magna a culpa pela queda da taxa de poupança doméstica. O setor público poderia ter-se preparado para a mudança, mas não o fez. “Poder-se-ia ter poupado uma parcela evitável do acréscimo de gastos correntes em programas que são dispendiosos e que não apresentam efeitos distributivos tão importantes”.

São os casos, ressalta, das políticas de “aumento de salários do funcionalismo, de privilégios concedidos a aposentadorias de servidores públicos, de elegibilidade e valores de benefícios nas pensões por morte e de subsídios fornecidos ao setor privado”.

A conclusão da Carta do Ibre é a de que “se o Brasil deseja gradativamente quebrar a rigidez que condiciona a poupança doméstica a não crescer junto com o investimento em momentos de forte expansão da atividade, será preciso trabalhar uma agenda microeconômica ligada basicamente à questão da poupança pública”. Fica implícito no texto que entre as diversas áreas a atacar realça a reforma da Previdência, incluindo o estabelecimento de limite de idade para a aposentadoria e a revisão das regras das pensões por morte. Na China, diz o estudo, “a poupança dos trabalhadores ativos é maior do que a despoupança dos aposentados”. No Brasil, na grande maioria dos casos, a renda dos aposentados supera a dos trabalhadores na ativa.

* Mailson da Nóbrega foi ministro da Fazenda (1988 a 1990) e hoje é sócio da Tendências Consultoria Integrada e membro de conselhos de administração de empresas no Brasil e no exterior. Ele colabora com o Radar Econômico comentando artigos e reportagens relevantes da imprensa internacional.

Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/radar-economico/2011/08/29/mailson-o-drama-da-baixa-poupanca-interna-do-brasil/>

A perda significativa do pilar foi ocasionada pelo crescimento no **nível de endividamento do governo**. Dados do Tesouro Nacional mostram que em 2010 a dívida pública brasileira ultrapassou R\$ 2.011 bilhões, o que representaria cerca de 55% do PIB. Entretanto, o WEF, a partir deste ano, passou a utilizar como fonte básica para o indicador o Fundo Monetário Internacional. Sendo assim, uma análise mais robusta da série histórica, e conseqüentemente, do posicionamento competitivo do país ainda não pode ser estabelecida.

Pilar 4 - Saúde e Educação Primária

O pilar saúde e educação primária mantiveram o mesmo posicionamento competitivo do ano de 2010. Em comparação com os demais pilares, as movimentações gerais percebidas nos indicadores foram pequenas, conforme mostra a TAB. 8.

TABELA 8
Saúde e Educação Primária - Indicadores - GCR 2011-2012

Indicadores		GCI 2011-2012	GCI 2010-2011	Movimentações
Posição geral no pilar		87	87	0
4,01	Impacto da malária nas atividades empresariais	78	81	+3
4,02	Incidência de malária*	103	104	+1
4,03	Impacto da tuberculose nas atividades empresarias	47	55	+8
4,04	Incidência de tuberculose	66	66	0
4,05	Impacto do HIV nas atividades empresariais	69	68	-1
4,06	Prevalência do HIV*	95	89	-6
4,07	Mortalidade infantil*	75	76	+1
4,08	Expectativa de vida*	77	76	-1
4,09	Qualidade da educação fundamental	124	127	+3
4,10	Matrículas na educação fundamental	60	68	+8
4,11	Gastos com educação*	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

O principal ganho competitivo foi no **número de matrículas no ensino fundamental**, que colocou o país em posição intermediária no *ranking* do indicador. Contudo, é interessante aproveitar a questão e fazer um contraponto com a **qualidade do ensino primário** brasileiro, apontado pelo estudo como uma das piores do mundo. Esse diagnóstico mostra que os investimentos em educação básica, que são a garantia de melhorias na capacidade do capital humano que se forma, não estão sendo realizados de maneira eficiente e satisfatória no Brasil.

Há também que se aproveitar a oportunidade para fazer algumas observações sobre a qualidade da saúde no país, neste relatório medida pela incidência e impactos de doenças como malária, tuberculose e AIDS, por exemplo. Em entrevista recente, a presidente Dilma Rousseff reconheceu que a saúde no Brasil tem um problema sério de gestão e afirmou ainda que a utilização dos recursos existentes precisa ser melhorada. Ainda de acordo com a presidente, os investimentos per capita em saúde na Argentina são 42% superiores aos brasileiros, e o Chile investe 27% a mais que o montante aqui aplicado no segmento²².

Divulgado no ano passado, um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostrou que o Brasil investiu 5,4% dos seus recursos no setor. Dessa maneira, o país ocupou apenas a 169ª colocação no *ranking* elaborado pela instituição, que estuda 198 nações. Nesse mesmo estudo a Argentina ocupa a 54ª posição. Mais preocupante é a divisão desses gastos entre o setor público e o setor privado. A participação pública nos gastos com o sistema brasileiro de saúde é da ordem de 44% dos gastos totais, o restante é pago pelas famílias ou coberto por planos de saúde privados. Estabelecendo uma comparação internacional, no Reino Unido 86% dos gastos são provenientes de recursos públicos, e na Suécia esse percentual chega a 85%²³.

Por fim, outra questão que deve ser levada em consideração pelo governo no momento da formulação de políticas voltadas para a saúde é o envelhecimento populacional. Esse processo de transição demográfica, que tende a ser mais nítido nos países em desenvolvimento, vai aumentar bruscamente a demanda por serviços de saúde voltados para a população em estado final de vida. A *The Economist Intelligence Unit* elaborou um *ranking* que permite a avaliação de 40 nações (30 pertencentes à OCDE e

²²O Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2011/09/29/dilma-admite-que-saude-tem-problema-serio-de-gestao/>

²³Rede Brasileira de Pesquisas em Tuberculose. Disponível em: <http://redetb.org/noticias/125-noticias-jan2011/1277-brasil-aplica-pouco-na-saude-aponta-relatorio-da-oms>

outras 10 selecionadas) em relação ao fornecimento e qualidade dos serviços de saúde prestados aos pacientes em estado terminal. No resultado geral, o Brasil aparece apenas na 38ª posição, à frente somente de Uganda e Índia. E nas classificações específicas dos quatro pilares que compõem o indicador geral, o país também não está bem posicionado: ambiente básico (35º), disponibilidade dos serviços (36º), custos dos serviços (38º) e qualidade dos serviços (39º). Dentre os desafios à evolução desses serviços, além da questão básica dos investimentos, o estudo aponta o comprometimento político (combinado com políticas coordenadas), facilidade de acesso a drogas básicas, instrução correta de profissionais da

saúde quanto à administração dos medicamentos, maior difusão de novas tecnologias e aperfeiçoamento do treinamento dos profissionais (questão da forma de lidar com os pacientes)²⁴.

Pilar 5 - Educação Superior e Capacitação

O pilar educação superior e capacitação perdeu apenas uma colocação em relação ao ano anterior. Entretanto apresentou duas variáveis com ganhos significativos e duas variáveis com perdas significativas de posições competitivas (TAB. 9).

TABELA 9
Educação Superior e Capacitação - Indicadores - GCR 2011-2012

Indicadores		GCI 2011-2012	GCI 2010-2011	Movimentações
Posição geral no pilar		57	58	+1
5,01	Matrículas no ensino médio*	23	22	-1
5,02	Matrículas no ensino superior*	68	65	-3
5,03	Qualidade do sistema educacional	115	103	-12
5,04	Qualidade no ensino de matemática e ciências	127	126	-1
5,05	Qualidade das escolas de negócios	61	73	12
5,06	Acesso à internet nas escolas	86	72	-14
5,07	Disponibilidade local de atividades de pesquisa e treinamento	36	36	0
5,08	Extensão da formação de pessoal	33	53	20

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

Os destaques do pilar foram os indicadores de **qualidade das escolas de negócios e treinamento dos funcionários**, que foram bem avaliados na pesquisa e refletem a importância dada pelas empresas à capacitação do seu corpo funcional a partir do aumento de seus investimentos em treinamentos e processos de desenvolvimento dos funcionários.

Empresas passam a investir na formação dos próprios funcionários

RIO - No início do mês, Marcus Vinícius Freire, superintendente-executivo de Esportes do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), começou a procurar profissionais capacitados para ocupar 12 vagas no órgão - em sua maioria, para cargos de gerência. Até sexta passada, só conseguiu contratar duas pessoas, em mais um exemplo do quanto está difícil hoje encontrar pessoal devidamente qualificado no mercado de trabalho. A saída? Há vários casos de organizações - tanto empresas privadas e públicas, como ONGs - que agora investem na formação de seus profissionais, como mostra reportagem de Felipe Sil, publicada pelo GLOBO neste domingo. Algumas contratam gente que ainda vai se formar para, depois, investir em sua capacitação.

No caso do COB, foi criado o Instituto Olímpico Brasileiro (IOB), justamente para qualificar melhor profissionais nas áreas que atendam a seus objetivos.

²⁴The Economist Intelligence Unit. Disponível em: http://graphics.eiu.com/upload/QOD_main_final_edition_Jul12_toprint.pdf

Mais especificamente, o órgão qualifica gestores administrativos e treinadores, além de ajudar ex-atletas a fazerem a transição para o mercado de trabalho. Só que a formação demanda tempo, e o comitê precisa de pessoal já. Para Freire, o crescimento do país gerou demanda por setores não aquecidos da economia, abrindo um fosso em relação à oferta de mão de obra e criando despesas extras nas organizações:

- Com a conquista de grandes eventos, surgiu uma demanda que o mercado não consegue suprir. Até produz muitos profissionais, mas poucos suficientemente preparados para assumir posições importantes.

A construtora RJZ Cyrela é ainda mais radical nessa formação própria. Todos os níveis de profissionais, desde o operacional de obra (carpinteiros, serventes e encarregados) até a diretoria, são capacitados na Academia Cyrela. Núcleos de treinamentos estão presentes nas obras, com lições no dia a dia.

- Há menos de uma década ouvíamos falar que engenheiro civil se formava e virava taxista. Hoje estamos buscando estes profissionais dentro da universidade desde o primeiro período do curso. Capacitando os trabalhadores, estamos apostando em melhores resultados da companhia - diz o vice-presidente Rogério Zylbersztajn.
- Já a Ampla investiu, só em 2010, R\$ 2,6 milhões em capacitação e desenvolvimento. Ao todo, foram 60.887 horas de treinamento. A empresa coloca o foco na formação de gerências e lideranças médias. Entre alguns cursos, estão técnicas de negociação e gestão de negócios.

Para o gerente de Desenvolvimento de Lideranças da Natura, Marcelo Madarász, a capacitação dos funcionários ajuda a alinhar suas ideias à essência da empresa. A companhia tem um projeto de formação de lideranças, chamado Cosmos. O conteúdo do programa explora situações do cotidiano, indicadores e modelos usados na organização, para ajudar a dar conhecimentos prioritários sobre o papel assumido pelo gestor na sua posição e nas subsequentes.

- Acreditamos que os bons resultados dependem desta colaboração. Em 2010, 62% das vagas de liderança disponíveis foram ocupadas internamente - conta Madarász.

Fonte: O Globo <http://oglobo.globo.com/economia/bochance/mat/2011/05/29/empresas-passam-investir-na-formacao-dos-proprios-funcionarios-924558048.asp>

O indicador de **acesso à internet nas escolas** reflete as condições inadequadas do país. Apenas metade das escolas brasileiras tem acesso à internet (em 2009, eram 56%), taxa inferior à média das economias avançadas. E a comparação com outros países latino-americanos também não é satisfatória. No Chile, a taxa é de mais de 65%, e no Uruguai o governo conseguiu garantir que 100% das escolas tenham acesso à internet de alta velocidade²⁵. E, mais uma vez, a **qualidade do sistema educacional** é negativamente avaliada pelos empresários, não sendo considerada adequada às necessidades de um ambiente competitivo.

Pilar 6 - Eficiência no Mercado de Bens

Em geral, o pilar eficiência no mercado de bens não apresentou grandes movimentações e ganhou apenas uma posição competitiva em relação ao ano anterior. Uma observação mais atenta dos indicadores que compõem o pilar (TAB. 10) indica três problemas para a eficiência do mercado, quais sejam as importações, o impacto dos impostos nas atividades empresariais e os entraves ao desenvolvimento de novos negócios.

²⁵O Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,apenas-metade-das-escolas-no-brasil-oferece-acesso-a-internet-para-alunos,556526,0.htm>

TABELA 10
Eficiência no Mercado de Bens - Indicadores - GCR 2011-2012

Indicadores		GCI 2011-2012	GCI 2010-2011	Movimentações
Posição geral no pilar		113	114	+1
6.01	Intensidade da competição local	48	50	+2
6.02	Extensão do poder de mercado	40	46	+6
6.03	Efetividade das políticas antimonopólio	34	39	+5
6.04	Extensão e efeito dos impostos	142	139	-3
6.05	Taxa total de impostos*	133	127	-6
6.06	Número de procedimentos para abrir um negócio*	134	132	-2
6.07	Tempo (dias) necessários à abertura de um negócio*	138	135	-3
6.08	Custo das políticas agrícolas	21	25	+4
6.09	Prevalência de barreiras comerciais	109	119	+10
6.10	Barreiras ao comércio	120	114	-6
6.11	Predomínio de propriedade estrangeira	79	76	-3
6.12	Impacto da regras de IED para os negócios	74	81	+7
6.13	Ônus dos procedimentos aduaneiros	124	122	-2
6.14	Importações como percentual do PIB*	142	-	-
6.15	Grau de orientação para o cliente	51	50	-1
6.16	Sofisticação dos compradores	47	52	+5

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

O indicador com maior movimentação no pilar foi a **prevalência de barreiras comerciais**, que ganhou dez posições competitivas em relação ao ano de 2010. Ele mostra qual a percepção dos empresários diante da eficácia das barreiras tarifárias e não tarifárias na proteção dos bens nacionais perante a competitividade dos bens importados. Em março de 2011, o governo sinalizou a definição, em conjunto com a indústria nacional, de produtos importados que deveriam ser submetidos a barreiras de importação²⁶. Dois setores que atualmente se encontram sob esse regime de proteção são o automotivo e o calçadista.

Sob a justificativa de estimular a produção de carros no país, o governo anunciou em agosto de 2011 a elevação em 30% no valor do IPI dos veículos importados ou aqueles que apresentem menos de 65% de peças nacionais. De acordo com o ministro de Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante, “o país tem espaço para importação, mas esse espaço não pode comprometer nosso caminho de crescimento e mais emprego, de estímulo a quem investe em inovação e tecnologia”. A Federação Nacional da Distribuição de

Veículos Automotores (Fenabrave) considerou a medida necessária para estabelecer regras claras sobre os produtos nacionais e os produtos importados²⁷.

Já as importações de calçados agora dependem de uma autorização do governo brasileiro, que pode demorar até 60 dias para ficar pronta (licença não automática). A portaria, publicada em outubro de 2011, determina a investigação de possíveis exportações desleais de sapatos da China para o Brasil. Suspeita-se, entre outras coisas, que as fábricas chinesas estejam exportando para o mercado brasileiro os componentes dos calçados separadamente, para apenas montá-los aqui. Dessa forma, conseguiriam fugir de uma sobretaxa de U\$ 13,85 para cada par de sapatos importado do país asiático²⁸.

O Brasil aparece na última colocação no *ranking* do indicador de **importações como percentual do PIB**, que foi introduzido no relatório deste ano. O dado considerado pelo WEF mostra um percentual de 12% do PIB nas importações. Dentre as explicações para

²⁶Terra. Disponível em: http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201103232228_RTR_1300919327nN23290177

²⁷Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/09/governo-anuncia-aumento-de-imposto-para-carros-importados.html>

²⁸Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/985364-governo-restringe-importacao-de-calçados.shtml>

tamanho expansão da quantidade de importações estão a valorização da moeda nacional e o crescimento do mercado interno²⁹. Mas o crescimento não se refere apenas aos bens de consumo finais, o setor siderúrgico foi um dos que atingiram recordes: em volumes físicos, as importações de produtos siderúrgicos cresceram 154,2% em relação a 2009³⁰.

**Peso da manufatura no PIB caiu para 15,8%
Resultado para 2010 está em estudo da
Funcex; em 2004 o índice era de 19,2%**

A participação da indústria manufatureira do Brasil em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) ficou em 15,8% em 2010, segundo estudo realizado pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), patrocinado pelo Instituto Latino-Americano de Ferro e Aço (Ilasa), e divulgado ontem pelo Instituto Aço Brasil (IABr). Em 2004 esse percentual era de 19,2%. O levantamento foi realizado em todos os países da América Latina. Brasil e Colômbia tiveram os piores resultados. “Essa é uma realidade, que passa pela perda da competitividade, por diversos fatores, como câmbio, guerra comercial com a China e outras assimetrias comerciais”, afirmou o presidente do Conselho do IABr, André Gerda Johannpeter. O levantamento mostrou, ainda, que nos últimos três anos, a participação dos manufaturados na pauta de exportações do Brasil caiu para 39% no ano passado, ante uma fatia de 55% em 2005. De acordo com o estudo, parte dessa assimetria é explicada pelo “comércio bilateral dos países latino-americanos com a China”.

Segundo a pesquisa, 62,7% das exportações da China ao Brasil no ano passado foram de produtos do setor metalmeccânico. “Existem áreas em que o País pode trabalhar, como questões tributárias e preço de energia. Além disso há a competição desleal, e é isso o que nos preocupa”, disse Johannpeter.

O presidente-executivo do IABr, Marco Polo de Mello Lopes, reafirmou que uma das preocupações do setor hoje é com relação às importações indiretas do aço, que ocorrem por meio das compras externas de produtos com aço contido, por exemplo, de veículos, autopeças e máquinas. “Historicamente, tínhamos uma posição superavitária. Agora temos estimativa de um déficit de 1,9 milhão de toneladas neste ano”, disse.

Para 2011, a entidade projeta uma exportação indireta de aço de 2,779 milhões de toneladas e uma importação indireta de 4,678 milhões de toneladas de aço, o que levará a um déficit de 1,899 milhão de toneladas. “Nosso mercado interno precisa ser conservado. Estamos tentando trabalhar com o governo para procurar medidas de defesa comercial para reverter esse quadro.” O executivo disse ainda que as reuniões que o setor está travando com o governo federal estão sendo produtivas e que o governo se mostrou “receptivo aos anseios da indústria do aço”. Mello Lopes lembrou que outro fator que impulsiona a entrada de importados no Brasil é a guerra fiscal diante dos estados promovendo benefícios fiscais na entrada dos produtos nos portos.

O presidente do Conselho do IABr disse que já é visualizado em alguns clientes na indústria automotiva, principalmente aquelas que têm a matriz fora do Brasil, uma dificuldade de aprovação de investimentos para o aumento de produção local, por conta da falta de competitividade do País.

Fonte: Jornal do Comércio. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=72805&codp=21&codni=3>

O indicador de **taxa total de impostos** é uma combinação do percentual dos lucros que é direcionado ao pagamento de impostos, contribuições e taxas trabalhistas. Dentre as empresas que mais pagam impostos no Brasil estão: Petrobrás, BR Distribuidora, Fiat, Souza Cruz, Telefônica, Oi, Vivo, Tim, Cemig, AES Eletropaulo³⁰. O último destaque é indicador **número de procedimentos necessários à abertura de um novo negócio**, bem como o indicador **número de dias necessários à abertura de um novo negócio**, vêm apresentando queda constante de posições e se consolidam como uns dos piores indicadores do país (ver análise no pilar infraestrutura, indicador do peso das regulações governamentais).

Pilar 7 - Eficiência no Mercado Trabalho

O pilar eficiência no mercado de trabalho apresentou dois indicadores com ganhos competitivos superiores a dez posições, e um grupo de três indicadores que ocupa posições finais nos respectivos *rankings*.

²⁹Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/brasil-e-pais-com-maior-alta-de-importacoes-em-2010>

³⁰Portal IG. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/empresas/industria/importacao+de+produtos+siderurgicos+e+recorde+em+2010/n1237958900210.html>

³⁰Exame. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias-melhores-e-maiores/noticias/as-10-empresas-que-mais-pagam-impostos-no-brasil?p=10#link>

TABELA 11
Eficiência no Mercado de Trabalho - Indicadores - GCR 2011-2012

Indicadores		GCI 2011-2012	GCI 2010-2011	Movimentações
Posição geral no pilar		83	96	+13
7.01	Cooperação nas relações empregado-empregador	79	90	+11
7.02	Flexibilidade na determinação salarial	115	116	+1
7.03	Rigidez dos empregos*	118	114	-4
7.04	Práticas de contratação e demissão	128	131	+3
7.05	Custos de demissão*	84	80	-4
7.06	Remuneração e produtividade	83	85	+2
7.07	Confiança na gestão profissional	39	52	+13
7.08	Evasão de talentos ("fuga de cérebros")	30	39	+9
7.09	Participação feminina na força de trabalho*	78	80	+2

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

Na visão dos empresários consultados, as **relações de trabalho** dentro das empresas têm se tornado mais cooperativas, em detrimento dos confrontos e conflitos. Além disso, a **confiança na qualidade dos gestores** é outro indicador que mostrou grande ascensão, colocando o Brasil em uma boa posição competitiva. Acredita-se que a grande maioria dos profissionais selecionados para os altos cargos de gestão chega a essa posição por mérito e qualificação (e não por motivos escusos, como relações de parentesco e amizade).

Outro destaque positivo do pilar é o indicador de **fuga de talentos**. Com um ganho de nove posições competitivas que o posiciona na 30ª colocação, os executivos brasileiros apostam na alta capacidade do país em fornecer diversificadas oportunidades não apenas para a retenção, como também para a atração de profissionais qualificados. O problema do país está mais relacionado à ausência de tal tipo de profissional do que à capacidade de as empresas nacionais competirem por eles³¹.

Os três piores indicadores do pilar são a **flexibilidade na determinação dos salários**, as **práticas de contratação e demissão** e a **rigidez dos empregos**. A justificativa para tal desempenho parece estar relacionada à questão do marco regulatório brasileiro, que em muitos aspectos é defasado ou rígido em excesso. Dessa forma, cria muitos processos, práticas e, conseqüentemente, custos para as

³¹Exame. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/gestao/noticias/tecnicos-e-profissionais-qualificados-estao-em-falta-no-pais-diz-pesquisa>

empresas, fazendo com que tais indicadores sejam constantemente penalizados. Em uma comparação estabelecida com o Chile, país latino-americano com o melhor posicionamento no *ranking* geral (31ª posição), percebe-se que o Brasil só consegue alcançar melhores colocações em dois indicadores: custos de demissão e participação das mulheres na força de trabalho (TAB. 12).

TABELA 12
Eficiência no mercado de bens - Brasil e Chile

Brasil

INDICATOR		VALUE RANK 142	
7th pillar. Labor Market efficiency			
7.01	Cooperation in labor-employer relations	4.2	79
7.02	Flexibility of wage determination	4.3	115
7.03	Rigidity of employment index. 0-100 (worst)*	46.0	118
7.04	Hiring and firing practices	2.9	128
7.05	Redundancy costs, weeks of salary*	46	84
7.06	Pay and productivity	3.7	83
7.07	Reliance on professional management	4.6	39
7.08	Brain drain	4.4	30
7.09	Women in labor force, ratio to men *	0.75	78

Chile

INDICATOR		VALUE RANK 142	
7th pillar. Labor Market efficiency			
7.01	Cooperation in labor-employer relations	4.8	40
7.02	Flexibility of wage determination	6.6	29
7.03	Rigidity of employment index. 0-100 (worst)*	18.0	44
7.04	Hiring and firing practices	3.4	109
7.05	Redundancy costs, weeks of salary*	6.2	89
7.06	Pay and productivity	4.3	43
7.07	Reliance on professional management	5.2	27
7.08	Brain drain	5.0	14
7.09	Women in labor force, ratio to men *	0.60	111

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

Pilar 8 - Desempenho do Mercado Financeiro

O pilar desempenho do mercado financeiro apresenta um dos melhores comportamentos para a economia brasileira. Possui apenas um indicador em posição notadamente negativa, qual seja o **índice de direitos legais**, desenvolvido em uma escala que varia de 0 (pior) a 10 (melhor) e que avalia o grau de proteção legal fornecido a tomadores de empréstimo e emprestadores (TAB. 13).

TABELA 13
Desempenho do Mercado Financeiro - Indicadores – GCR 2011-2012

Indicadores		GCI 2011-2012	GCI 2010-2011	Movimentações
Posição geral no pilar		43	50	-7
8.01	Disponibilidade de serviços financeiros	25	27	+2
8.02	Acessibilidade dos serviços financeiros	52	52	0
8.03	Financiamento através do mercado de ações local	33	45	+12
8.04	Facilidade de acesso a empréstimos	47	65	+18
8.05	Disponibilidade de venture capital	52	60	+8
8.06	Restrição aos fluxos de capital	-	73	-
8.07	Solidez dos bancos	16	14	-2
8.08	Regulamento de bolsas de valores	9	5	-4
8.09	Índice de direitos legais*	105	203	-2

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

Neste ano de 2011, os dois grandes ganhos foram nos indicadores de **financiamento através do mercado de ações** e **facilidade de acesso a empréstimos**. Apesar das perdas de duas e quatro posições competitivas, respectivamente, os indicadores de **solidez do sistema bancário** e a eficiência na supervisão e **regulação de bolsas de valores** são os grandes destaques positivos. O conjunto dessas questões,

associado ao mercado interno em expansão, são os grandes responsáveis pela atratividade do Brasil para os investidores internacionais. Diante de um contexto internacional de incertezas envolvendo principalmente as grandes economias mundiais³², o Brasil se destaca por apresentar um ambiente macroeconômico estável e extremamente atraente³³.

³²Sobre as agências de *rating*, suas classificações e a suscetibilidade dos mercados: <http://www.valor.com.br/brasil/994622/o-vicio-irracionalidade-e-miopia-do-mercado-financeiro>

³³ Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,sistema-financeiro-brasileiro-esta-solido-diz-economista,80962,0.htm>

Política e regulação financeira

Por Jairo Saddi

É atribuída a Poincaré a célebre frase de que a “moeda é importante demais para ser deixada para os bancos centrais”, numa defesa romântica a favor da ingerência política nos assuntos de regulação financeira e política monetária. Mas, se há uma lição importante a ser aprendida com a crise, e principalmente corroborada pelos fatos recentes, é que políticos só fazem algo desagradável e impopular quando forçados pelos mercados financeiros. Foi assim quando o Lehman Brothers quebrou, foi assim para aprovar o Tarp, foi assim para aprovar os acordos com a Grécia e, mais uma vez, assim foi quando houve a ameaça de default, no caso do limite da dívida do Tesouro dos Estados Unidos.

E se os agentes econômicos são avessos tanto à inflação inesperada, como à instabilidade de mercados, nada pior para um investidor do que a incerteza. Portanto, em última análise, os interesses de longo prazo de uma sociedade dependem da habilidade do banco central de controlar a inflação (logo, o valor da moeda) e de manter a estabilidade no sistema financeiro. No entanto, numa democracia, são sempre os políticos que devem tomar determinadas decisões de política pública, afetando de modo dramático a regulação financeira e a política monetária.

Os representantes políticos sabem que não ocuparão seus cargos eletivos para sempre. Logo, há sempre uma certa tendência de procurar seguir o faro da emoção e do debate político da hora e, em geral, apoiar as iniciativas do ocupante do poder. Contudo, há momentos em que pode ocorrer uma tensão dadas as demandas do Executivo e isto é o que tem sido mais frequente.

Já a autoridade monetária é um agente político como qualquer outro, passível de sofrer pressões, e está, por isso, constantemente negociando seu espaço político. Muitos afirmam que o Banco Central deve ter apenas o papel de executor, não de formulador. Vale dizer, que é um órgão técnico, não político e a regulação que emana é sempre técnica.

Um banco central pode ainda contar com o apoio externo da comunidade financeira, mas sempre precisará afinar seu discurso e sua prática com o Ministério da Fazenda (ou o Secretário do Tesouro). Mais uma vez, os impactos regulamentares são grandes: enquanto o sistema quase sempre irá preferir uma autoridade monetária desligada das pressões do Poder Executivo, como forma de resguardar seus interesses, ao mesmo tempo, certo distanciamento pode significar ruídos de comunicação e, eventualmente, medidas regulamentares atabalhoadas - nosso caso, como vimos na reforma cambial anunciada neste mês.

Contudo, o relacionamento de um banco central com o Executivo nem sempre é beligerante. Uma das formas mais tradicionais de influir num banco central se traduz pelo poder de nomear sua diretoria. Outra é exigir aprovação prévia da Fazenda ou do Tesouro para assuntos de regulação e de política monetária. Apesar de efetivamente cumprir uma função técnica, qualquer banco central cumpre também uma função política. E é a função política que traz resultados para sua atividade regulamentar.

A função técnica do banco é sobejamente conhecida: regular a quantidade de moeda e, conseqüentemente, do crédito em circulação, executar as políticas monetárias e cambiais e regulamentar as normas em matérias monetárias, financeiras e de trocas entre moedas internacionais. Objetivos técnicos, contudo, não são separáveis e identificáveis; dependem do cumprimento de determinados outros objetivos de políticas públicas em comum. A condição puramente técnica, ademais, poderia exigir privilegiar determinado objetivo, por exemplo, a meta da inflação sobre qualquer um dos outros objetivos da política econômica e social, o que implicaria afirmar que a política monetária é neutra, o que não é verdade.

Esses princípios e premissas para o exercício de uma função apolítica do banco central mostram que o caráter da atuação não é, nem poderia ser, meramente técnico. Os objetivos da política econômica realmente não são separáveis, uma vez que repercutem em todas as esferas da política e da economia. Além disso, pode-se considerar a perseguição a objetivos muito específicos, porém com elevados custos sociais, políticos e econômicos. Essa visão implicaria uma distorção da realidade em proposições unicamente excludentes. Gostemos ou não, a regulação financeira tem inegáveis e importantes componentes políticos e é determinada e influenciada por eles; sendo assim, é necessário serenidade e desprendimento dos políticos e é por isso que cooperação é sempre fundamental na época de crises.

Jairo Saddi, pós-doutor pela Universidade de Oxford, professor de Direito do Insper, escreve mensalmente às segundas-feiras.

Fonte: Valor Econômico. <http://www.valor.com.br/opiniaio/982364/politica-e-regulacao-financeira>

Pilar 9 - Prontidão Tecnológica

O pilar prontidão tecnológica é um dos pilares em que a posição do Brasil em todos os indicadores é compatível com a posição do país no *ranking* geral, qual seja colocações que se encontram próximas ao primeiro terço da lista.

TABELA 14
Prontidão Tecnológica - Indicadores - GCR 2011-2012

Indicadores		GCI 2011-2012	GCI 2010-2011	Movimentações
Posição geral no pilar		54	54	0
9,01	Disponibilidade de tecnologias de ponta	53	50	-3
9,02	Absorção de tecnologias pelas empresas	40	46	-2
9,03	IED e transferência tecnológica	28	23	-5
9,04	Usuários de internet*	61	57	-4
9,05	Assinaturas de internet banda larga*	63	58	-5
9,06	Internet banda larga	65	56	-9

onte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

Os indicadores *hard* considerados em 2011 mostram que o país está em uma posição intermediária no que diz respeito ao acesso da população em geral aos recursos de computação e internet. O problema é que, ao invés de melhorar, nos últimos três anos esses indicadores vêm apresentando perdas competitivas frente às demais economias. Dados externos mostram que estatisticamente o número de pessoas conectadas cresceu, mas não parece ter sido tão significativo quanto os demais³⁴. Parece que o acesso à banda larga foi o verdadeiro destaque, sendo que esse crescimento do número de pessoas com acesso à banda larga foi apenas um *upgrade* daqueles que já possuíam internet. Por isso, o pequeno impacto significativo.

O grande destaque do pilar é o posicionamento do indicador **investimentos estrangeiros e transferência tecnológica**. Apesar da perda de cinco posições competitivas em relação ao ano anterior, os empresários

continuam acreditando na importância dos investimentos estrangeiros como um fator-chave para a transferência de novas tecnologias e práticas para o país³⁵ e acreditam que os mesmos não se resumem apenas aos fluxos financeiros. Asseguradas as adequadas condições educacionais, o país poderia aproveitar o incremento nos investimentos para avançar no processo de adaptação e desenvolvimento de novas tecnologias de ponta. O incremento da competitividade das empresas favoreceria o crescimento econômico do país.

Pilar 10 - Tamanho do Mercado

Sobre o pilar tamanho do mercado, o Brasil não somente manteve a posição no *ranking* geral, como também nos rankings dos dois índices que o compõem, conforme apresenta a TAB. 15.

TABELA 15
Tamanho do Mercado - Indicadores – GCR 2011-2012

Indicadores		GCI 2011-2012	GCI 2010-2011	Movimentações
Posição geral no pilar		10	10	0
10,01	Tamanho do mercado interno	8	8	0
10,02	Tamanho do mercado externo	24	24	0

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

³⁴Exame. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/acesso-a-internet-no-brasil-aumenta-14-em-um-ano-IDG-now>. Disponível em: <http://idgnow.uol.com.br/internet/2011/08/22/banda-larga-cresce-no-brasil-acesso-a-internet-nem-tanto/>

³⁵Diário do Pré-sal. Disponível em: <http://diariodopresal.wordpress.com/2011/04/20/brasil-atrai-cada-vez-mais-investimentos-estrangeiros-em-alta-tecnologia/>

O desempenho econômico observado está fortemente associado às mudanças que têm ocorrido no mercado de trabalho brasileiro. Em 2010, a expansão da economia brasileira permitiu o aumento do número de postos de trabalho, que verificou a geração recorde de 2,5 milhões de vagas formais. Consequentemente, as classes sociais mais baixas, que antes se encontravam à margem do mercado consumidor, tiveram acesso à renda que possibilitou seu ingresso nesse mercado. Dados sobre esse crescimento da classe média brasileira (alguns analistas criaram o termo “nova classe média”) mostram que em 2009 ela representou 50,5% da população brasileira. Atualmente, essa nova classe consumidora é responsável por 46,24% do poder de compra do país³⁶.

Governo já desenha projetos para a nova classe C - Por Raymundo Costa

BRASÍLIA - A presidente Dilma Rousseff encarregou a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) de elaborar e detalhar as políticas de seu governo destinadas à chamada nova classe média.

A SAE já começou a executar a tarefa. Três projetos estão na linha de produção: Primeira Infância (0-4 anos), Juventude e Favelas. O programa destinado à infância deve ficar pronto até o fim do ano.

“A nova classe média é o ativo mais importante do país”, diz o ministro-chefe da SAE, Wellington Moreira Franco. Na entrevista que concedeu domingo ao “Fantástico”, a presidente disse que o fortalecimento dessa classe média é o principal legado que pretende deixar ao país.

“Nós seremos a quinta economia do mundo quando tornarmos permanente essa nova classe média”, diz Moreira Franco. A nova classe média, de acordo com os estudos desenvolvidos pela SAE, quer mais que educação, saúde e segurança. Pela educação, por exemplo, ela já está pagando. O que ela quer agora é “qualidade”.

Fonte: Valor Econômico. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/1004964/governo-ja-desenha-projetos-para-nova-classe-c>

Ademais, esse mercado interno em expansão, além de permitir a absorção da produção nacional, é um dos responsáveis pela grande atratividade do Brasil para os investidores internacionais. Dados apresentados pelo Banco Central mostraram que em 2010 os investimentos estrangeiros diretos chegaram a R\$80,98 bilhões, o maior valor da série histórica brasileira.

Pilar 11 - Sofisticação dos Negócios

O pilar sofisticação dos negócios foi apontado pelo WEF como o de melhor posicionamento do Brasil e também como uma das melhores qualidades da competitividade brasileira.

TABELA 16
Sofisticação dos Negócios - Indicadores - GCR 2011-2012

Indicadores		GCI 2011-2012	GCI 2010-2011	Movimentações
Posição geral no pilar		31	31	0
11.01	Quantidade de fornecedores locais	10	9	-1
11.02	Qualidade dos fornecedores locais	32	29	-3
11.03	Desenvolvimento dos clusters	25	23	-2
11.04	Natureza da vantagem competitiva	86	89	+3
11.05	Amplitude da cadeia de valor	52	60	+8
11.06	Controle de distribuição internacional	29	27	-2
11.07	Sofisticação do processo de produção	29	29	0
11.08	Extensão do mercado	25	22	-3
11.09	Disposição em delegar autoridade	38	43	+5

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

³⁶FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/bd/clippings/mc2305.pdf>

A maior movimentação positiva do pilar diz respeito ao indicador de **amplitude da cadeia de valor**, cujo resultado apresenta a percepção dos executivos em relação ao posicionamento do Brasil na cadeia de valor mundial. Apesar do ganho de oito posições, a atual colocação no ranking do indicador mostra que o país ainda é marcado pela baixa diversificação de suas cadeias produtivas (por exemplo, a forte presença do setor primário), em detrimento de uma presença que se estende ao longo de todos os elos da cadeia (não apenas na produção, como no *design*, marketing, logística e serviços pós-venda).

O novo plano de política industrial do país (Plano Brasil Maior, ver pilar de inovação) tem como um de

seus objetivos estratégicos o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor. A finalidade é ampliar o valor agregado nacional, a partir da elevação da participação dos setores intensivos em conhecimento no PIB, do fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas e da produção limpa.

O pilar inovação foi marcado pela perda de duas posições competitivas em relação ao ano de 2010. Entretanto, apenas um indicador teve um desempenho negativo considerável. As demais movimentações foram pequenas e, em geral, os indicadores encontram-se em posição intermediária nos *rankings* específicos.

TABELA 17
Inovação - Indicadores - GCR 2011-2012

Indicadores		GCI 2011-2012	GCI 2010-2011	Movimentações
Posição geral no pilar		44	42	-2
12.01	Capacidade de inovação	31	29	-2
12.02	Qualidade dos institutos de pesquisa científica	42	42	0
12.03	Gastos das empresas com P&D	30	29	-1
12.04	Colaboração entre universidades e empresas na P&D	38	34	-4
12.05	Compras governamentais de produtos de tecnologia avançada	52	50	-2
12.06	Disponibilidade de cientistas e engenheiros	91	68	-23
12.07	Patentes em utilidade*	60	61	+1

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do WEF (2011).

A principal perda competitiva do pilar está relacionada à **disponibilidade de engenheiros e cientistas**, com uma queda de 23 posições. Esse desempenho negativo está bastante relacionado à escassez de mão de obra devidamente qualificada, muito em função ao aquecimento da economia brasileira. A demanda por trabalhadores qualificados aumentou consideravelmente, mas não foi acompanhada de perto pelo número de profissionais formados. Tomando por exemplo o caso dos engenheiros, um estudo da Confederação Nacional da Indústria mostra que o Brasil tem hoje seis engenheiros para cada grupo de 100.000 pessoas. O valor necessário ao preenchimento do número de vagas abertas deveria ser de pelo menos 25 para cada 100.000 habitantes. A escassez de engenheiros, uma constante para todas as nações atualmente, é ainda mais crítica em se tratando de nações em desenvolvimento, que demandam maior trabalho em infraestrutura³⁷.

Ou seja, apesar dos óbvios benefícios econômicos e sociais que acompanham a positiva geração de postos

³⁷Veja. Disponível em: http://veja.abril.com.br/191207/p_144.shtml

de trabalhos, os mesmos não estão sendo adequados para a reestruturação e o crescimento do setor produtivo brasileiro. Na busca pelo equilíbrio, a economia brasileira deveria alocar seus recursos de maneira mais eficiente. Para resultados mais imediatos, esses recursos precisam ser destinados, principalmente, à melhoria no ensino do país, que carece de mão de obra qualificada. Considerando o longo prazo, o investimento na educação básica dos alunos é fundamental para garantia de melhorias na capacidade do capital humano que se forma.

Impossível discorrer sobre a questão da inovação do Brasil e não mencionar a nova política industrial apresentada pelo Governo Federal. O Plano Brasil Maior prevê uma série de ações, mais especificamente 35 iniciativas, voltadas para o investimento, inovação, comércio exterior e defesa do mercado interno. Dentre as principais medidas relacionadas à inovação destacam-se a ampliação da capacidade de financiamento da Finep e do BNDES; a previsão de medidas de investimento em

P&D para aumentar a agilidade na concessão e reduzir os custos dos mesmos e a introdução de mudanças no quadro legal. Os Quadros 2 e 3 (abaixo), elaborado

pela consultoria especializada em inovação Inventta, apresentam algumas dessas medidas.

FINANCIAMENTO À INOVAÇÃO

Medidas	Descrição	Impacto	Legislação
Novos recursos para Finep	Aumento de crédito de R\$2 bilhões do BNDES para ampliar carteira de inovação da FINEP. Taxa: 4% a 5% a.a	Maior disponibilidade de crédito para inovação	Art. 7º, MP 541/2011
BNDES – crédito pré-aprovado para planos de inovação empresa	Inclusão de planos plurianuais de inovação das empresas no BNDES Limite de Crédito Inovação	Maior agilidade na liberação de recursos para inovação	Art. 7º, MP 541/2011
BNDES – ampliação dos programas setoriais	Ampliação do orçamento e condições de acesso aos programas setoriais do BNDES (Pro-P&G, Profarma, Prosoft, ProAeronáutica e Proplástico) quando da sua renovação	Ampliação dos recursos para setores intensivos em conhecimento	Art. 7º, MP 541/2011
Emissões BNDES: financiamento para redução de	Apoio ao desenvolvimento tecnológico e à comercialização de bens de capital com selo de eficiência energética do INMETRO e para linhas de equipamentos dedicados à redução de emissões de gases de efeito estufa (Fundo Clima – MMA)	Produção mais limpa	Art. 7º, MP 541/2011

QUADRO 2: Financiamento à inovação - Plano Brasil Maior
Fonte: Inventta, 2011

MARCO LEGAL DA INOVAÇÃO

Medidas	Descrição	Impacto	Legislação
Encomendas Tecnológicas	Permitir contratos com cláusulas de risco tecnológico previstas na Lei de Inovação	Desenvolvimento de tecnologias de fronteira pelas compras públicas	Art. 1º, Dec 7.539/2011
Financiamento a ICTs privadas sem fins lucrativos	Permitir inclusão de projetos de entidades de ciência e tecnologia privadas sem fins lucrativos na utilização dos incentivos da Lei do Bem	Cerca de 100 entidades de C&T privadas poderão ter projetos financiados por empresas brasileiras, duplicando universo de ICTs que podem atender empresas via Lei do Bem	Art. 13, MP 540/2011
Fundações de Apoio às ICTs	Permitir que as fundações de apoio atendam mais de uma ICT	Ampliação da rede de interação universidade-empresa	Art. 1º, Dec 7.544/2011
Modernização do Marco Legal INMETRO	Ampliação no controle e fiscalização de produtos importados. <ul style="list-style-type: none"> Ampliação escopo de certificado do Inmetro. Implementação da “Rede de laboratórios Associados para inovação e competitividade” Maior facilidade em parcerias e mobilização de especialistas externo. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio ao combate e práticas enganosas de comércio; Apoio à inovação na empresa 	Art. 12, MP 541/2011

QUADRO 3: Marco legal da inovação - Plano Brasil Maior
Fonte: Inventta, 2011

David Kupfer, professor do Instituto de Economia da UFRJ, ressalta a importância das mudanças introduzidas no marco legal da inovação. O professor afirma que

a regulamentação de contratos com cláusulas de risco tecnológico que, embora previstos na Lei de Inovação, não vinham sendo celebrados devido à insegurança jurídica que os cercava, poderá tornar-se um elemento importante de disseminação de encomendas tecnológicas. Juntamente com o aumento do escopo de atuação das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) públicas e privadas, constituem iniciativas que, embora relativamente tímidas, apontam na direção correta de buscar conferir maior verticalidade ao processo de alocação de recursos destinados a essa finalidade³⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais, os resultados abordados nas seções anteriores apontam para um cenário de incertezas sobre as perspectivas econômicas das nações estudadas. Começando pelas principais observações assinaladas pelo WEF (2011), destaca-se a contínua queda da economia **norte-americana**, proveniente do enfraquecimento dos setores público e privado, e redução na confiança do governo. A mistura de economias diferentes que marca a economia **européia** engloba tanto aquelas mais fortes (dentre as dez mais competitivas, sete são europeias), quanto algumas fracas. E o grupo, como um todo, tem enfrentado muitas dificuldades para se recuperar da crise econômica de 2008-2009, notadamente em função das preocupações

em torno da sustentabilidade da dívida de economias mais periféricas da zona do euro.

Já o continente **asiático** está verificando o crescimento de sua relevância no cenário mundial. A região possui as economias mais diversas em termos de competitividade, com destaque para Cingapura, China e Kuwait. A **África**, por sua vez, tem apresentado uma série constante de conflitos políticos que afeta sobremaneira a sua competitividade, impedindo que demonstre as mesmas melhoras verificadas na década anterior. Por fim, a **América Latina** mostrou crescimento estável desde 2009, com destaque para as economias mexicana, brasileira e chilena. Entretanto, o relatório não deixa de apontar quatro desafios à competitividade da região (apesar da maneira particular com que cada um deve afetar os diversos países do grupo): fraca estrutura institucional, desenvolvimento raso do setor de infraestrutura, alocação ineficiente dos recursos humanos e produtivos e atraso nos níveis de educação e inovação em comparação com as economias avançadas e demais economias emergentes (grande obstáculo generalizado na América Latina).

A tendência de maior destaque no relatório deste ano é a redução do *gap* competitivo entre as economias avançadas e as economias emergentes, como resultado da combinação entre o declínio ou estagnação das economias avançadas em função da crise econômica e o crescimento estável das economias emergentes (com mudanças no perfil de suas atividades econômicas). Vale observar que nessa equação o peso maior foi dado ao crescimento registrado pelas economias em desenvolvimento.

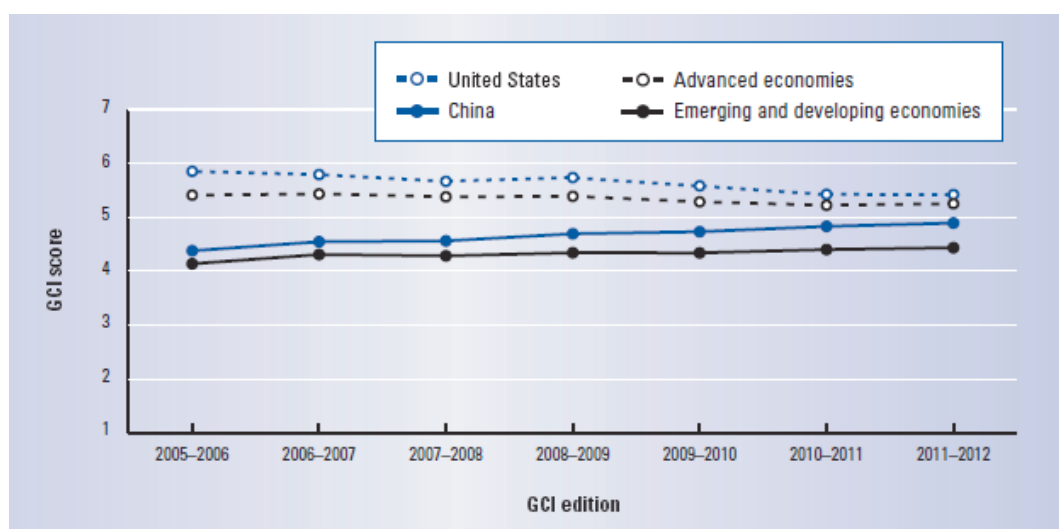


Gráfico 2: Tendência na Competitividade, 2005-2011
Fonte: WEF, 2011

³⁸Valor Econômico. Disponível em: <http://www.valor.com.br/5092/990720/o-plano-brasil-maior>

Especificamente em relação ao desempenho da economia brasileira, pode parecer estranho que a 7ª economia do mundo fique apenas na 53ª posição competitiva, atrás de países menos significativos para nós, como Estônia e Hungria, ou países com sérios problemas econômicos como Portugal, Espanha, Irlanda e Itália. Os próprios analistas do Fórum Econômico Mundial, e também nós da Fundação Dom Cabral, temos dificuldades para explicar essa posição. A princípio, devemos ressaltar que, com a alteração do perfil de desenvolvimento do Brasil, o país passou a ser ponderado de maneira diferente em cada um dos doze pilares da pesquisa. Isso acabou favorecendo seu posicionamento geral e por grupo de fatores no *ranking*, retirando peso estatístico dos fatores de pior desempenho, como educação básica, infraestrutura rodoviária, eficiência nos gastos públicos e outros, e dando mais ênfase a fatores historicamente positivos como qualidade empresarial, potencial para inovação, qualidade do sistema bancário e financeiro e outros.

Entretanto, a resposta pode estar na definição adotada do que seja competitividade, e como um país como o Brasil se comporta em seu dia a dia não apenas na dimensão tamanho da economia, mas nos diferentes fatores analisados pelo relatório, que incluem a estrutura regulatória, o sistema tributário, a eficiência das ações do governo, os investimentos e a qualidade da educação, saúde e infraestrutura, a disponibilidade e qualidade de tecnologias de informação e comunicação, e o desempenho do setor empresarial (seja ele de bens, serviços e financeiro). E ainda todas as questões relativas a corrupção, sonegação de impostos, governança pública e privada, valores e segurança pessoal e patrimonial.

A lista de variáveis é extensa e, agrupada em doze pilares, procura avaliar como um determinado país cria condições para que suas empresas, em condição de livre mercado, possam ser competitivas nos mercados doméstico e internacional. Essa definição adotada no relatório sugere que competitividade é a capacidade para competir, e não a competição propriamente dita.

Assim, o Brasil com seus inúmeros potenciais se mostra apenas o 53º entre os 142 países analisados. Ainda mais crítico do que a posição que ocupamos é o fato de que nossos pontos fracos são exatamente aqueles que já são conhecidos há décadas. E os nossos pontos fortes são aqueles que soubemos estabelecer ao longo dos

anos. O Brasil é grande e está sendo capaz de incluir a cada ano milhões de novos brasileiros que até poucos anos atrás viviam em condições miseráveis, resultado de uma ação construída por governantes comprometidos com o bem-estar social e com a redução da pobreza. O Brasil está entre os países mais competitivos no mundo em todas as dimensões associadas às atividades empresariais. O esforço coletivo de criar um ambiente empresarial sofisticado, com qualidade e desempenho acima da média, faz com que o país tenha empresas reconhecidas em todo o mundo e que seja um ambiente atrativo para novos investimentos estrangeiros.

O Brasil também está entre os dez principais países do mundo na geração de conhecimento científico de relevância internacional. Apesar de termos somente uma universidade classificada entre as 200 melhores do mundo, nossos professores se destacam na publicação científica especializada.

Se possuímos tantas qualidades, por que estamos apenas na 53ª posição nesse *ranking* de competitividade? Talvez seja porque avançamos onde deveríamos avançar para o futuro, mas não avançamos onde deveríamos ter avançado no passado. Nosso marco regulatório e nosso sistema tributário estão defasados. Os investimentos em infraestrutura, educação básica e saúde não têm sido suficientes para nos deslocar para níveis superiores de qualidade. A ineficiência e o desrespeito no uso do dinheiro público têm sido uma marca histórica que, apesar de todos os avanços e esforços pessoais, institucionais e tecnológicos, ainda não conseguimos superar.

O Brasil do passado nos persegue. Precisamos como nação saber avançar em direção ao futuro. A superação dessas deficiências exigirá um comprometimento não apenas dos governantes, mas também de toda a sociedade. Os partidos políticos, o setor empresarial, a sociedade civil organizada precisam participar em conjunto da discussão, promovendo as reformas e os compromissos necessários para que sejamos capazes de fazer os ajustes nos sistemas regulatórios e os investimentos imprescindíveis, sejam na infraestrutura, na educação ou ainda em ciências, tecnologia e inovação. É preciso comemorar o ganho de cinco posições no *ranking* de competitividade internacional, mas se preparar para sermos de fato competitivos no curto, médio e longo prazos.